



UNESCO Brasilia Office
Representação da UNESCO no Brasil

A Sociedade da Informação de quem?

Anriette Esterhuysen

Brasília
2004

Artigo publicado, em 03 de junho de 2004, no Observatório da Sociedade da Informação, de responsabilidade do Setor de Comunicação e Informação da UNESCO no Brasil.

© UNESCO, 2004
BR/2004/PI/H/13

O autor é responsável pela escolha e pela apresentação dos fatos contidos nesta publicação e pelas opiniões aqui expressas, que não são necessariamente as da UNESCO e não comprometem a Organização. As designações empregadas e a apresentação do material não implicam a expressão de qualquer opinião que seja, por parte da UNESCO, no que diz respeito ao status legal de qualquer país, território, cidade ou área, ou de suas autoridades, ou no que diz respeito à delimitação de suas fronteiras ou de seus limites.

A “Sociedade da Informação” de quem?

Anriette Esterhuysen
Diretora executiva de APC
anriette@apc.org

Valeu a pena a CMSI? A opinião geral a respeito da última Cúpula Mundial da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre a Sociedade da Informação (CMSI), realizada em dezembro de 2003, é que não. Os resultados da cúpula foram parcos, para um processo que foi árduo e caro. Entretanto, Anriette Esterhuysen, diretora executiva da APC, sustenta que a partir da perspectiva de várias organizações da sociedade civil que participaram de forma ativa, a CMSI serviu para gerar uma nova oportunidade de solidariedade entre diversos setores ideológicos, setoriais e geográficos.



Muitos de nós questionamos o uso da expressão “sociedade da informação”, porque desvia a atenção das desigualdades em relação ao acesso a recursos. A expressão veio para ficar, porém, e a última CMSI da ONU, realizada em Genebra em dezembro de 2003, popularizou seu uso por parte de governos e meios de comunicação. A Declaração e o Plano de Ação adotados pelos governos participantes definem políticas para a coordenação mundial das tecnologias da informação e comunicação (TIC), e propõem ações contra a exclusão digital. As organizações da sociedade civil adotaram sua própria Declaração, desenvolvida durante os dois últimos anos, para expressar uma visão e uma série de propostas alternativas.

Desde a primeira etapa da CMSI, acadêmicos e ativistas estiveram discutindo sobre o acontecimento, o processo, os resultados e as perspectivas para a segunda etapa que, apesar dos desentendimentos, se realizará na Tunísia em 2005.

CMSI: valeu a pena o esforço e a despesa?

A conclusão geral é que os resultados oficiais foram muito limitados em relação ao tempo e ao dinheiro investidos. Na busca de consenso, os governos optaram por generalidades: a Declaração se caracteriza por conter princípios amplos a respeito do potencial das TIC para o desenvolvimento e o Plano de Ação está baseado na conectividade e a infra-estrutura. Com frequência a Declaração e o Plano de Ação se contradizem, já que os princípios expressados na primeira nem sempre se cumprem nas propostas do segundo. Como observa Sally Burch, “o primeiro artigo da Declaração afirma ‘nosso desejo e compromisso de construir uma sociedade da informação inclusiva e orientada ao desenvolvimento, onde todos possam criar, ter acesso, utilizar e compartilhar informação e conhecimento, para que todos os indivíduos, comunidades e povos possam desenvolver todas as suas possibilidades de desenvolvimento sustentado e melhorar sua qualidade de vida...”. Mas, no primeiro artigo, o Plano de Ação essa idéia é reduzida a “promover o uso de produtos, redes, serviços e aplicações baseadas nas TIC para alcançar os objetivos do desenvolvimento” (Burch, Outras Notícias – Roberto Sávio/IPS, 22 de dezembro de 2003).

Uma das áreas chave sobre a qual os governos não estiveram de acordo foi o financiamento dos programas de inclusão digital. Um grupo de trabalho que fará recomendações na Cúpula de Tunísia discutirá sobre iniciativas como a proposta do “fundo de solidariedade digital”, que poderia engajar compradores individuais de TIC nos países ricos a pagar uma tarifa de “inclusão digital”. Resta saber si essa inovadora iniciativa sobreviverá para promover a participação dos cidadãos no desenvolvimento e distribuir fundos de forma transparente.

Desde a perspectiva de inúmeras organizações da sociedade civil que participaram ativamente na CMSI, foi um acontecimento de grande importância que gerou uma nova plataforma de solidariedade por cima das diferenças ideológicas, setoriais e geográficas.

Até que ponto foi efetiva a participação da sociedade civil?

A organização que convocou a CMSI, a União Internacional de Telecomunicações (UIT), adotou como âmbito do trabalho o de “múltiplos interessados” (multi-stakeholder), incluindo a sociedade civil e grupos do setor privado como observadores do processo oficial. Ambos tiveram oportunidade de se dirigir aos governos nas sessões plenárias e inclusive puderam apresentar suas propostas por escrito.

Tudo parecia muito bonito superficialmente. Mas, na prática, havia muitas barreiras que impediam a participação efetiva da sociedade civil, especialmente a falta de recursos para financiar viagens e a hostilidade na atitude de vários governos. Exemplo disso foi o pedido feito aos observadores da sociedade civil para que participassem em alguns grupos de trabalho governamentais criados para tratar de temas polêmicos, como a governança na internet. Outro obstáculo foi a burocracia, bem intencionada, mas complicada, criada pela secretaria da sociedade civil da CMSI, que terminou fazendo com que as organizações destinassem muito tempo à criação de “famílias” ou grupos baseados nas suas atividades temáticas ou segundo a sua região de procedência.

Apesar disso, graças ao compromisso, a solidariedade e o trabalho árduo de muitos participantes da sociedade civil, e talvez devido também ao grau de paralisação dos governos, boa parte das propostas da sociedade civil figuraram no texto final. Exemplos notáveis disto são as referências à Declaração Universal dos Direitos Humanos, a igualdade entre homens e mulheres e o software livre.

Um marco de participação pública

Em um plano mais informal, os resultados foram ainda mais importantes. Acredito que a CMSI foi um marco de participação pública nas políticas de TIC. Tornou possível uma mudança, do mundo da hermética gíria de políticas de TIC, do qual participava um grupo seleto de ONGs, consultores, doadores e governos, a um novo contexto no qual as políticas de TIC se incorporaram aos debates mais amplos sobre desenvolvimento e sociedade. Ingressaram muito mais OSC à rodada de discussões para pressionar em favor de interesses importantes e específicos. Por exemplo, ouviram-se vozes na cena política das TIC durante a CMSI, como as dos ativistas pelos direitos de pessoas com capacidades diferentes, os defensores dos direitos da infância, o movimento de software livre, os defensores do direito de todos à informação, etc.

As organizações da sociedade civil que haviam trabalhado com políticas de TIC antes do início do processo de preparação da CMSI se organizaram em três grupos:

- Meios comunitários de comunicação que trabalham com a alocação de meios e a regulamentação das rádios comunitárias;
- Grupos de defesa da privacidade e contra a censura, que defendem a privacidade na internet e lutam contra a interferência e o monitoramento das comunicações na internet, da mesma forma que contra a censura, por exemplo, através da filtragem de conteúdos da web;
- Organizações que trabalham especificamente com TIC para o desenvolvimento sustentável, fazendo lobby para obter o acesso universal e a custos acessíveis à internet e toda a infra-estrutura das telecomunicações; e
- Os que vêm seguindo de perto o processo do ICANN, que consiste na alocação de nomes e números de internet.

Esses grupos se concentraram em áreas normativas específicas. Raras vezes se ocupavam das políticas de TIC de maneira holística e menos ainda, tratavam de assuntos de governança mundial de TIC. Essas organizações foram divididas geograficamente entre os grupos de “desenvolvimento”, na sua maioria localizados no Sul, e os de “privacidade e liberdade civil”, que em geral se encontram no Norte. Os grupos de rádios comunitárias tentaram se ocupar das políticas e as normas, mas em geral isso tem sido em relação à propriedade e o controle da rádio e

dos meios, prestando pouca atenção às regulamentações específicas da internet e o setor mais amplo das telecomunicações.

A exceção foi o grupo “Platform of Action” (Plataforma de Ação), que lançou a campanha de Direitos de Comunicação na Sociedade da Informação (CRIS) em 2001. Mesmo que essa campanha tenha exposto alguns problemas fundamentais, tentou-se sobretudo estabelecer uma base para as organizações progressistas que já estavam trabalhando nessa área. Graças à CMSI, multiplicaram-se seus membros e foi possível preencher um vazio no processo, como se pode ver no concorrido Foro Mundial sobre os Direitos de Comunicação, convocado pelo CRIS, que se desenvolveu durante a CMSI, em Genebra, no dia 11 de dezembro de 2003.

O que mudou durante a CMSI?

Desde a realização da CMSI, um leque muito maior de OSC está abordando temas relacionados com políticas de TIC. A experiência, confiança e conhecimento gerados no espaço relativamente “a salvo” dos plenários e reuniões da CMSI geraram campanhas nacionais de ativismo. Para contar só um caso, em novembro de 2002, A Associação para o Progresso das Comunicações (APC), ativistas por internet; Artigo 19, organização pela liberdade de informação; e a Comissão Econômica das Nações Unidas para África organizaram uma oficina de políticas de TIC e orientação para a CMSI para a sociedade civil africana em Addis Abeba. Os participantes do Quênia voltaram para casa e perguntaram para o regulador de telecomunicações nacionais: “O que está fazendo o país para a CMSI?” A resposta naquela altura foi “não muito”, mas em uma das reuniões preparatórias da Cúpula (prepcom) que se realizou em Genebra, as OSC e os representantes do governo de Quênia retomaram as conversações, e estes últimos ofereceram apresentar as propostas da OSC no foro oficial. Para a seguinte prepcom, a sociedade civil foi convidada a integrar a delegação oficial.

A verdadeira importância destes contatos é que continuaram multiplicando-se depois de Genebra. Hoje em Quênia se iniciou um processo de criação de políticas de TIC que é bastante inclusivo e envolve a sociedade civil e o setor privado. Nas Filipinas, as OSC estão avaliando a situação destas políticas nacionalmente em relação aos princípios acordados pela sociedade civil em sua declaração perante a CMSI. Na África do Sul, SANGONet, um provedor de serviços de TIC, está organizando consultas públicas sobre políticas de TIC em cidades pequenas e médias, distantes de Johannesburgo, nos quais os organizadores comunitários têm a possibilidade de fazer aos funcionários do governo perguntas como “onde estão as linhas telefônicas prometidas em 1996?” No Senegal, ENDA Synfev, uma rede de mulheres, organizou uma sessão de informação sobre a CMSI na que participaram mais de 75 mulheres. As participantes representavam diversos segmentos como as organizações que trabalham com pessoas com capacidades diferentes e as que se dedicam a formar empresários de TIC. No Brasil, RITS (Rede de Informação do Terceiro Setor) inaugurou um “observatório” interativo na internet para facilitar a participação pública nas políticas de “info-inclusão”.

Esses exemplos mostram que existe capacidade de influir em resultados políticos e de criar um espaço de redes, a partir do qual pode funcionar um sistema de implementação de colaboração. Cria-se assim uma maior consciência dos compromissos políticos e da exigência de um cumprimento transparente, ambas importantes formas de participação pública ausentes em muitos países. Ademais, isso inclui as políticas de TIC no grupo de políticas sociais – e não técnicas – e na cena pública, onde devem estar.

A tendência atual das políticas e normativas de TIC aumentam o risco de que as liberdades necessárias para utilizar as TIC para a justiça social e o desenvolvimento sustentável fiquem restringidas. A lista de ameaças aos interesses da sociedade civil vai desde a possibilidade de que os tratados contra os delitos cibernéticos acabem virando uma invasão da privacidade, até o excesso de comercialização do espectro radial, as restrições impostas pelos novos regimes de propriedade intelectual e as normas das telecomunicações que restringem a inovação (por exemplo, limitando o leque de opções de baixo custo, tais como a telefonia de internet). Temos que nos dedicar a proteger esses interesses. Infra-estrutura de TIC e sociedade civil.

Como se relacionam as organizações da sociedade civil com a própria tecnologia, enquanto aumenta o calor do debate sobre políticas de TIC que felizmente cada vez é de maior domínio público?

As oportunidades existem: trabalhar em rede implica na possibilidade de uma maior colaboração, de compartilhar experiências e o que foi aprendido, e de estabelecer vínculos entre o local e o mundial. Mas, parece haver um consenso generalizado sobre o potencial de utilização das TIC para incrementar o impacto da sociedade civil porque ainda não foi aproveitado plenamente. Se diz com frequência que é devido à má qualidade e ao alto custo da conectividade na maior parte do mundo. A conectividade, porém, é cada vez maior e mais acessível, e frequentemente se encontram usos muito inovadores das TIC entre as organizações que têm menos acesso.

O último estudo de Mark Surman e Katherine Reilly, a pedido do Social Science Research Council (Conselho de Pesquisa em Ciências Sociais), indica que “Este tema da apropriação – utilizando tecnologias em rede de maneira estratégica, política e criativa – figura entre os mais urgentes para a sociedade civil, ao enfrentar à sociedade da informação. A grande pergunta é: Que deveríamos fazer com essas tecnologias em rede agora que temos acesso a elas? (...) Para a grande maioria das organizações da sociedade civil é difícil encontrar a melhor maneira de moldar essas ferramentas a suas necessidades – para aumentar o impacto das campanhas, os projetos e os programas. Ou, em muitos casos, simplesmente as utilizam sem pensar onde e como fazer para incorporar essas tecnologias no trabalho que realizam com tanta paixão. Isso não significa que as organizações utilizem as tecnologias em rede sem questioná-las ou sem fazer uma crítica, mas que não tomam o tempo necessário para considerar de que maneira poderiam utilizá-las de maneira mais estratégica”. (Surman e Reilly, *Appropriating the Internet for Social Change*, SSRC. Novembro de 2003).

Eu diria que temos que encarar o assunto em quatro planos: política e normativas, tanto no nível nacional quanto no internacional, como já foi dito; entender como funciona o mercado das tecnologias de informação e como existe a tendência a converter as pessoas em consumidores, em lugar de usuários/as criativos/as; oferecer capacitação para que as pessoas saibam utilizar as ferramentas a que tem acesso; e planejar e pensar estrategicamente sobre as TIC e o trabalho em rede.

A questão das capacidades

Para enfrentar o desafio de usar as TIC de forma criativa para envolver a sociedade civil no desenho de políticas é necessário capacitação. Trata-se de um conceito muito delicado. Não há investimento suficiente em capacitação, nem nas instituições individuais, nem no setor na sua totalidade.

A APC utilizou a CMSI como ferramenta para construir a capacidade da sociedade civil para se envolver no ativismo pelas políticas de TIC. Desenvolvemos um currículo de capacitação e um manual de TIC “para iniciantes”, além de um guia para consultas nacionais sobre o assunto. O pedido de cursos de capacitação tem sido enorme; a ajuda dos doadores, nem tanta. Se não fosse pelas oportunidades de trabalho em rede que apresentou a CMSI, a escala de criação formal de capacidades e o aprendizado informal teriam sido muito diferentes.

Como construir capacidades para a apropriação estratégica das TIC?

Queremos fazê-lo não pela tecnologia em si, “mas, para que as organizações da sociedade civil possam colaborar entre si, se comunicar melhor e de forma mais eficaz, e gerar um maior impacto social”. Surman e Reilly destacam várias recomendações inovadoras em seu trabalho, que vão desde a necessidade de construir um “movimento de tecnologia social” (social tech movement) com organizações e indivíduos que oferecem apoio e formação às OSC, até “adotar o movimento de fonte livre” e criar “melhores mapas de ciberespaço cívico”.

Eu apoio suas sugestões e, em síntese, insisto que temos que multiplicar o aprendizado e a construção de capacidades, bem como participar ativamente nos processos políticos nos quais se enquadram as tecnologias que usamos.

Aprender a usar as TIC de maneira criativa pode ser um processo formal e informal e se trata de um dos resultados mais duradouros do trabalho na internet e em rede. Precisamos aprender e compartilhar experiências sobre o nosso uso de TIC no trabalho em colaboração. O resultado não esperado do processo da CMSI que persistirá em muitas OSC, inclusive quando for se apagando a ilusão da transformação política é a experiência de usar as TIC de forma criativa. Os inúmeros foros na internet da CMSI, assim como os sítios web, os comitês e os processos de consulta são testemunhos disso.

No mundo das TIC, da mesma forma que no resto do planeta, é importante saber quem é dono do que, quem controla a inovação e quem desenha políticas e normativas. Temos que levar a nossa paixão e nossas normas aos nossos computadores. Pode ser que a mudança do Office para um programa de software livre, como Openoffice.org pareça algo remoto nas lista de prioridades das OSC, mas implica poupar dinheiro e assumir uma posição clara a respeito da possibilidade de escolha.

O slogan "Outro mundo é possível", adotado pelo movimento de justiça mundial e solidariedade, aplica-se também ao mundo das TIC. Depende de nós tornarmos isso concreto, pensando de maneira criativa y atuando para nos apropriar da tecnologia. E depende dos doadores a continuidade do investimento na criação de redes e aprendizado.

DESENHO: "ICTs help people learn about the world they live in" (A TIC ajuda as pessoas a aprender a respeito do mundo em que vivem) por Ma May Kyawt Aung

Referências:

1. <http://www.crisinfo.org>
2. APC News, dezembro de 2003, <http://www.apc.org/english/news/index.shtml?x=15966>
3. Rits é o membro da APC no Brasil, <http://www.rits.br>.
4. <http://www.infoinclusao.org.br/>
5. http://www.ssrc.org/programs/itic/publications/knowledge_report/final_entire_surman_reilly.pdf
6. <http://www.apc.org/english/capacity/policy/index.shtml>
7. Surman y Reilly 2003, p.74.
8. Surman y Reilly 2003 pp. 71-74.